

CARTA DE BRASÍLIA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

O Senador Paulo Paim, o Deputado Distrital Chico Vigilante, a Deputada Federal Erika Kokay, o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ameaçados pela Terceirização, e todas as entidades aqui reunidas, em Audiência Pública proposta pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, afirmam seu repúdio ao atual texto aprovado pela Câmara dos Deputados relativo ao PL 4330/2004, agora nominado no Senado PLC 30/2015, que corresponde a uma radical reforma trabalhista supressora dos direitos conquistados na luta, sob o eufemismo da contratação de empresas especializadas. No limite, teremos empresas sem empregados e trabalhadores sem direitos.

A defesa do projeto fundamenta-se na geração de postos de trabalho quando as evidências empíricas demonstram em contrário e que a criação destes é resultado do dinamismo econômico, além disso, se apoiam na tese de maior eficiência e ganhos de produtividade para justificar essa forma de contratação predatória.

Entretanto, o que se observa é que a terceirização instituiu uma nova dinâmica degradando o trabalho, interferindo nas relações de solidariedade entre os trabalhadores e fragmentando a organização sindical.

Essa realidade se aprofundará com a aprovação do PLC 30 que ao estender a terceirização para todas as atividades da empresa permite que esse trabalho possa ser executado através da contratação de cooperativas, PJ's, empresas individuais, OSCIP's e empresas ditas "especializadas", além de permitir a quarterização.

Todos os estudos demonstram que a prática da terceirização é indissociável de menores salários, jornada de trabalho prolongada, maior rotatividade, exposição a maiores riscos e acidentes no ambiente de trabalho, ou seja, essa forma de contratar expõe o trabalhador a situações de humilhação, insegurança e de perda de identidade de classe. Portanto, a sua principal motivação é a redução de custos e a pulverização de formas legítimas de organização dos trabalhadores.

A terceirização, na prática, joga a CLT no lixo. Ataca os direitos dos trabalhadores. Não se trata apenas de um ataque às conquistas históricas da classe trabalhadora, é também contra toda a sociedade brasileira, que vivenciará caso o projeto seja aprovado uma forte redução do mercado interno, com impactos diretos sobre a geração de emprego, paralisando o processo de distribuição de renda e de redução das desigualdades.

O PL 30/2015, a despeito de prometer a efetividade dos direitos trabalhistas, serve, na verdade, para dividir ainda mais a classe trabalhadora, a tal ponto de impossibilitar sua organização e mobilização sindical, promovendo a perda de direitos. Portanto, a luta dos trabalhadores e da sociedade não deve ser pela modificação do projeto de lei, mas por sua total rejeição.

Desta forma os cidadãos e as cidadãs de todo o Distrito Federal aqui reunidos externam seu mais absoluto repúdio ao texto aprovado, esperando que o Senado seja capaz de refletir seriamente sobre o tema, barrando a aprovação deste grande ataque à classe trabalhadora e à sociedade brasileira.

Também somos frontalmente contrários à proposta de rasgar a CLT por meio do famigerado "negociado sobre o legislado", incluído

pelo relator da MP 680 na Comissão Especial que trata do PPE. Pleiteamos aos Deputados e Senadores que integram a Comissão Especial sobre a MP 680 que votem no dia 30 de setembro de 2015 contra este ataque frontal aos trabalhadores, e que já havia sido derrotado anteriormente em 2003.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2015.